

Audiência Pública

PEC 122/2015-CD

Vedações constitucionais para criação de despesas por leis nacionais sem financiamento correspondente

Lucieni Pereira

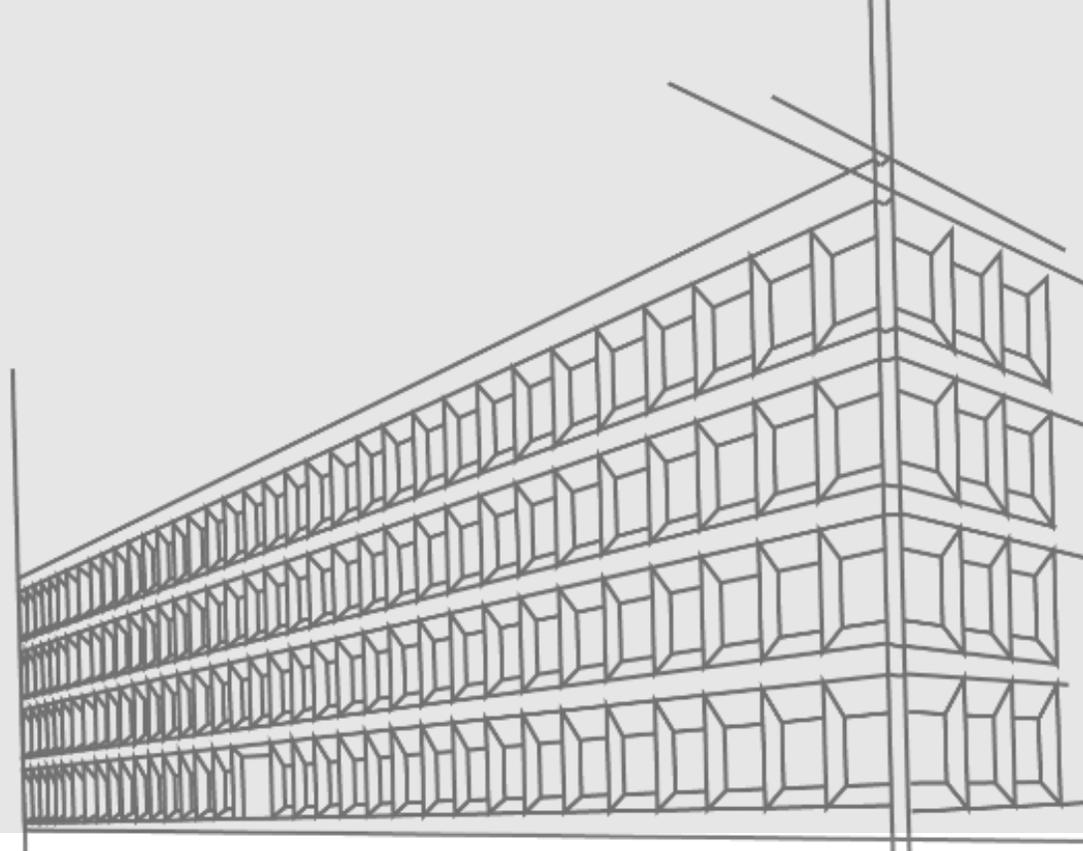
Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas da União

Diretoria de Fiscalização de Planejamento e Orçamento Governamental - Dipog

Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag

Secretaria-Geral de Controle Externo - Segecex

Tribunal de Contas da União – TCU



Brasília, 17/11/2021

Boa-Tarde!



Qual efeito da PEC sobre os pisos nacionais previstos na Constituição?

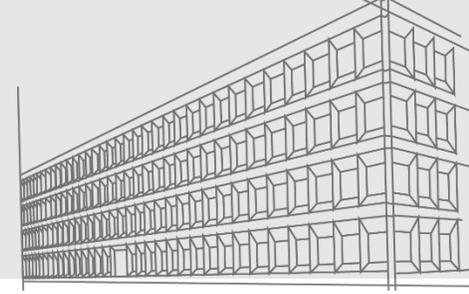
PEC
122/2015

PISO SALARIAL REGULAMENTADO

PARA OS AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE COMBATE AS ENDEMIAS



EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DE PISO NACIONAL PARA SAÚDE

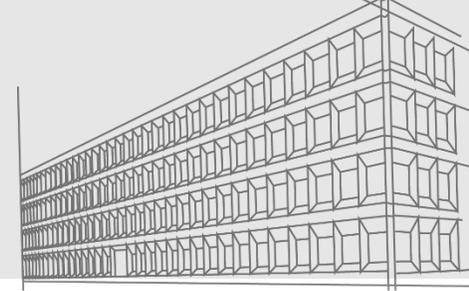


“**Art. 198.** As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

...

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o **piso salarial profissional nacional**, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, **competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010) Regulamento”

EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DE PISO PARA EDUCAÇÃO



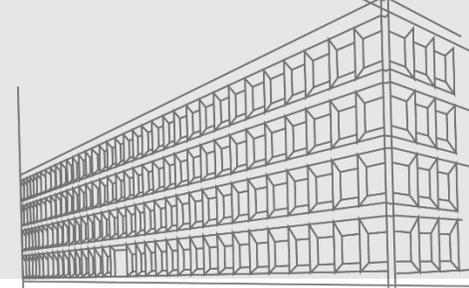
“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

...

~~V~~ valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, **com piso salarial profissional** e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

~~V~~ valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, **com piso salarial profissional** e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; — (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”

EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DE PISO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO



“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

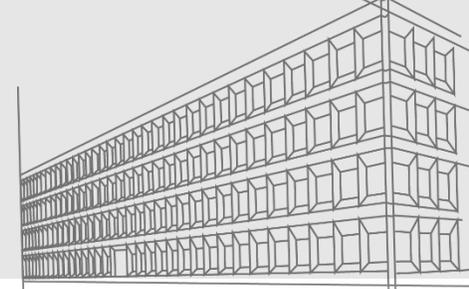
...

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

...

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)”

EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DE PISO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO



“**Art. 212-A.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)”

...

XII - lei específica disporá sobre o **piso salarial profissional nacional** para os profissionais do magistério da educação básica pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)”

SALÁRIO MÍNIMO

Veja a previsão para os próximos quatro anos:

- 2015: R\$ 788,00
- 2016: R\$ 880,00
- 2017: R\$ 937,00
- 2018: R\$ 957,80
- 2019: R\$ 1.020,80



Fonte: PPA 2016-2019

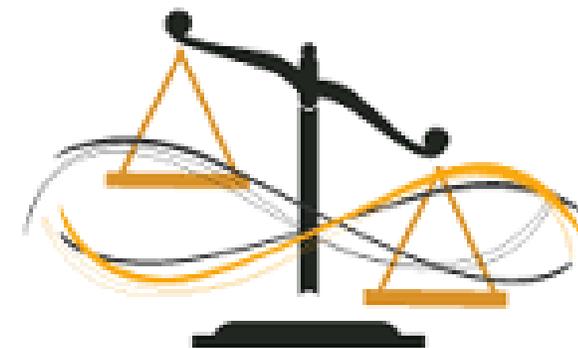
Dúvidas quanto aos possíveis efeitos da PEC

EXCETUADO NO TEXTO

PEC
122/2015



SALÁRIO MÍNIMO



JUSTIÇA NACIONAL

JUSTICANACIONAL.COM.BR

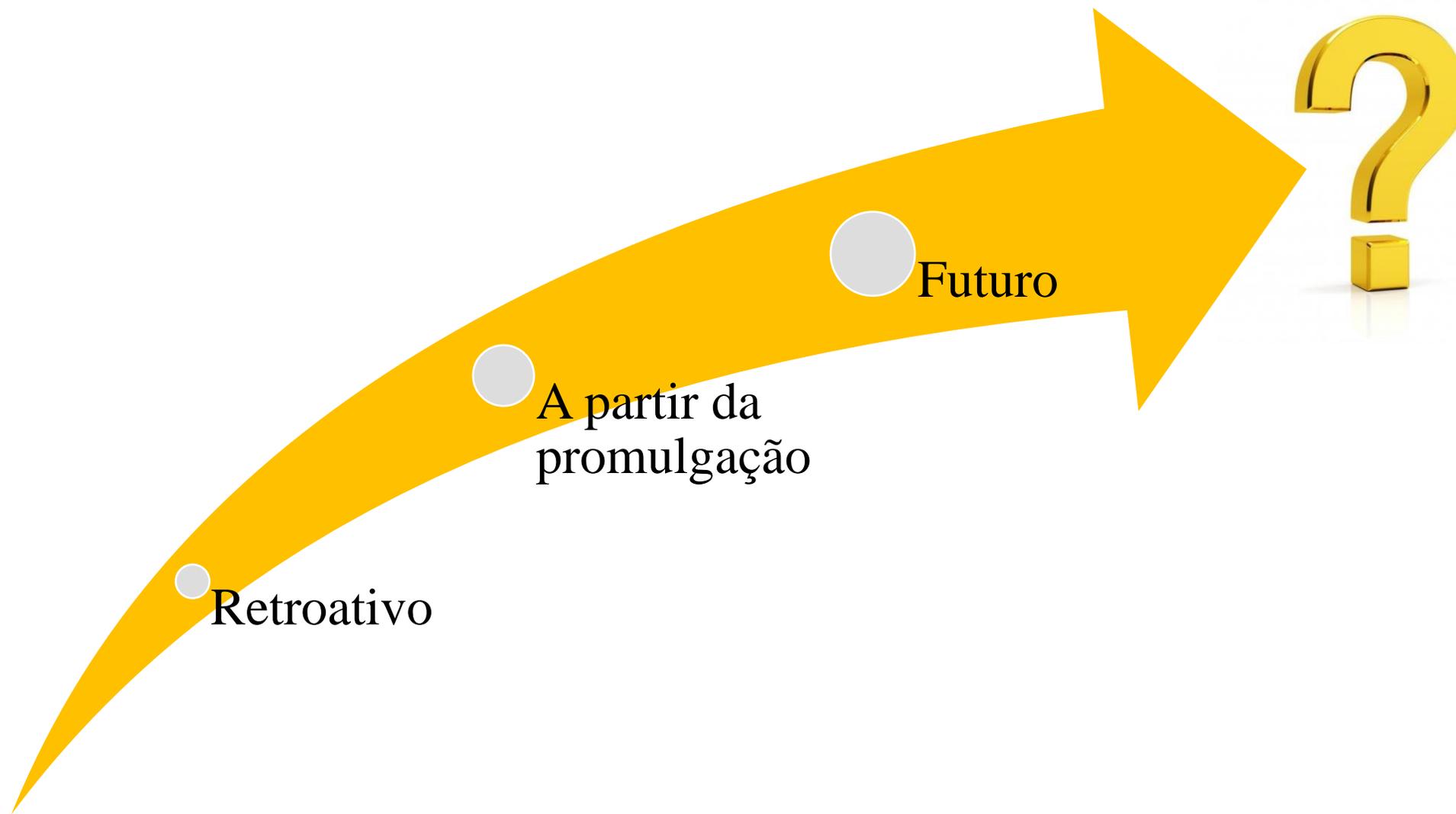
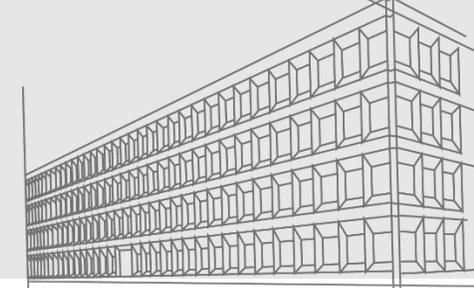
R7 A EVOLUÇÃO DO SALÁRIO DOS MINISTROS DO STF NOS ÚLTIMOS ANOS (em R\$)

Sempre que rendimentos dos magistrados é reajustado, teto do funcionalismo público também sobe



*Se reajuste de 16,38% for sancionado pelo presidente Michel Temer.
Fonte: Supremo Tribunal Federal

QUAL A VALIDADE DA EMENDA?



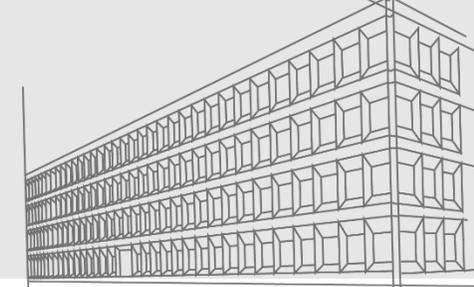
Honra de Garantias pela União



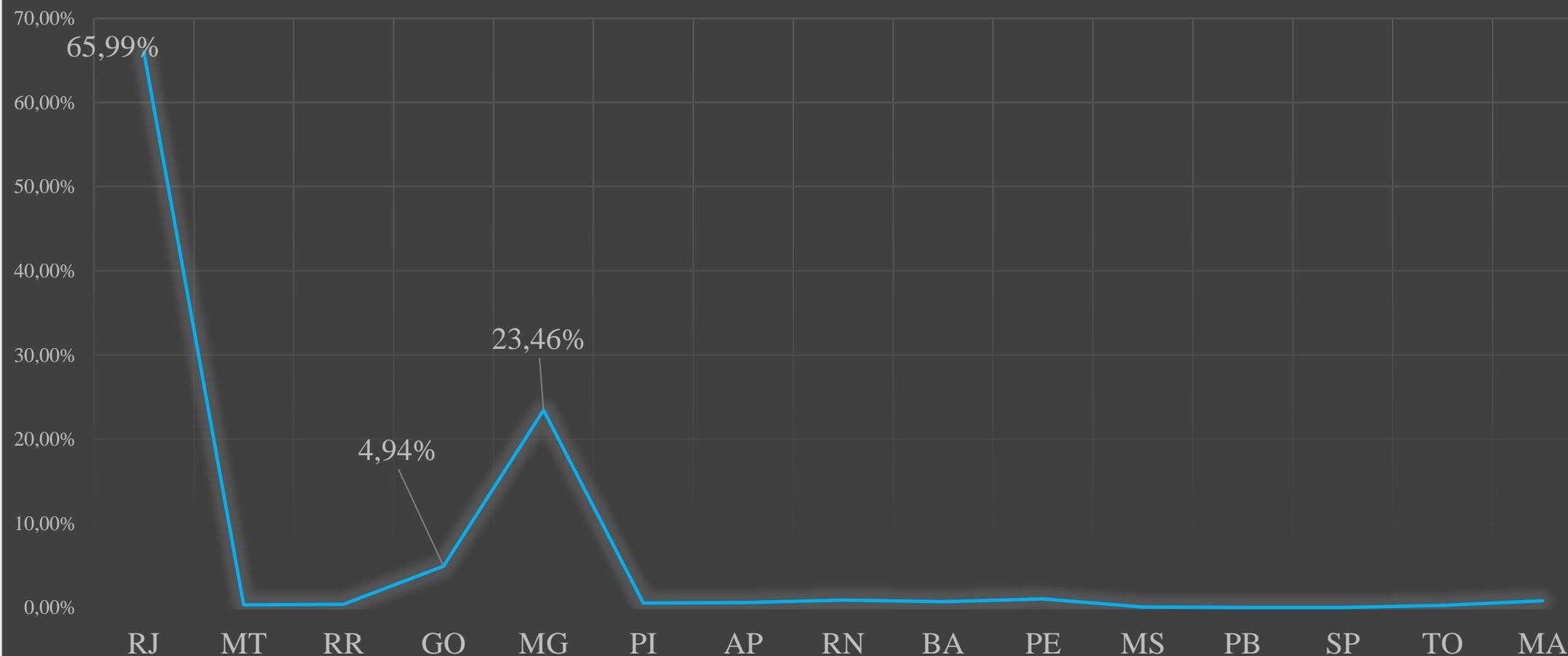
Em milhões de R\$

Mutuário	2016	2017	2018	2019	2020	jan/21	fev/21	2021	Total
Estados	2.361,87	4.031,34	4.805,60	8.350,24	13.265,20	336,70	1.353,62	1.690,32	34.504,56
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	79,25	150,86	230,11	22.768,18
Mato Grosso	107,13	-	-	-	-	-	-	-	107,13
Roraima	27,42	41,89	64,00	-	2,27	-	-	-	135,58
Goiás	-	-	33,59	770,15	553,18	78,79	267,25	346,04	1.702,96
Minas Gerais	-	-	553,15	3.307,90	3.175,94	150,65	907,20	1.057,84	8.094,84
Piauí	-	-	126,95	-	62,25	-	-	-	189,20
Amapá	-	-	-	90,18	82,26	16,34	16,55	32,88	205,32
Rio Grande do Norte	-	-	-	139,41	148,28	11,68	11,77	23,44	311,13
Bahia	-	-	-	-	239,80	-	-	-	239,80
Pernambuco	-	-	-	-	354,85	-	-	-	354,85
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	25,60	-	-	-	25,60
Paraíba	-	-	-	-	0,65	-	-	-	0,65
São Paulo	-	-	-	-	0,29	-	-	-	0,29
Tocantins	-	-	-	-	88,86	-	-	-	88,86
Maranhão	-	-	-	-	280,16	-	-	-	280,16
Municípios	15,81	28,49	17,49	3,43	66,23	-	-	-	131,45
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	-	4,50	-	-	-	61,41
Chapecó-SC	2,27	-	-	-	3,76	-	-	-	6,03
Cachoeirinha -RS	1,45	-	-	1,83	2,54	-	-	-	5,82
Belford Roxo-RJ	1,17	-	-	1,59	3,60	-	-	-	6,37
Novo Hamburgo - RS	-	-	-	-	8,10	-	-	-	8,10
Goiânia - GO	-	-	-	-	11,95	-	-	-	11,95
Rio Grande - RS	-	-	-	-	1,68	-	-	-	1,68
São Bernardo do Campo - SP	-	-	-	-	30,10	-	-	-	30,10
Total Geral	2.377,68	4.059,83	4.823,09	8.353,67	13.331,43	336,70	1.353,62	1.690,32	34.636,01

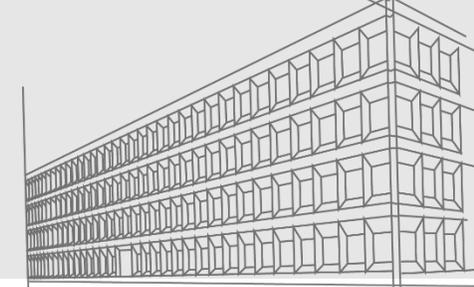
Honra de Garantias pela União



Honra de Garantias aos Estados (99,62%)

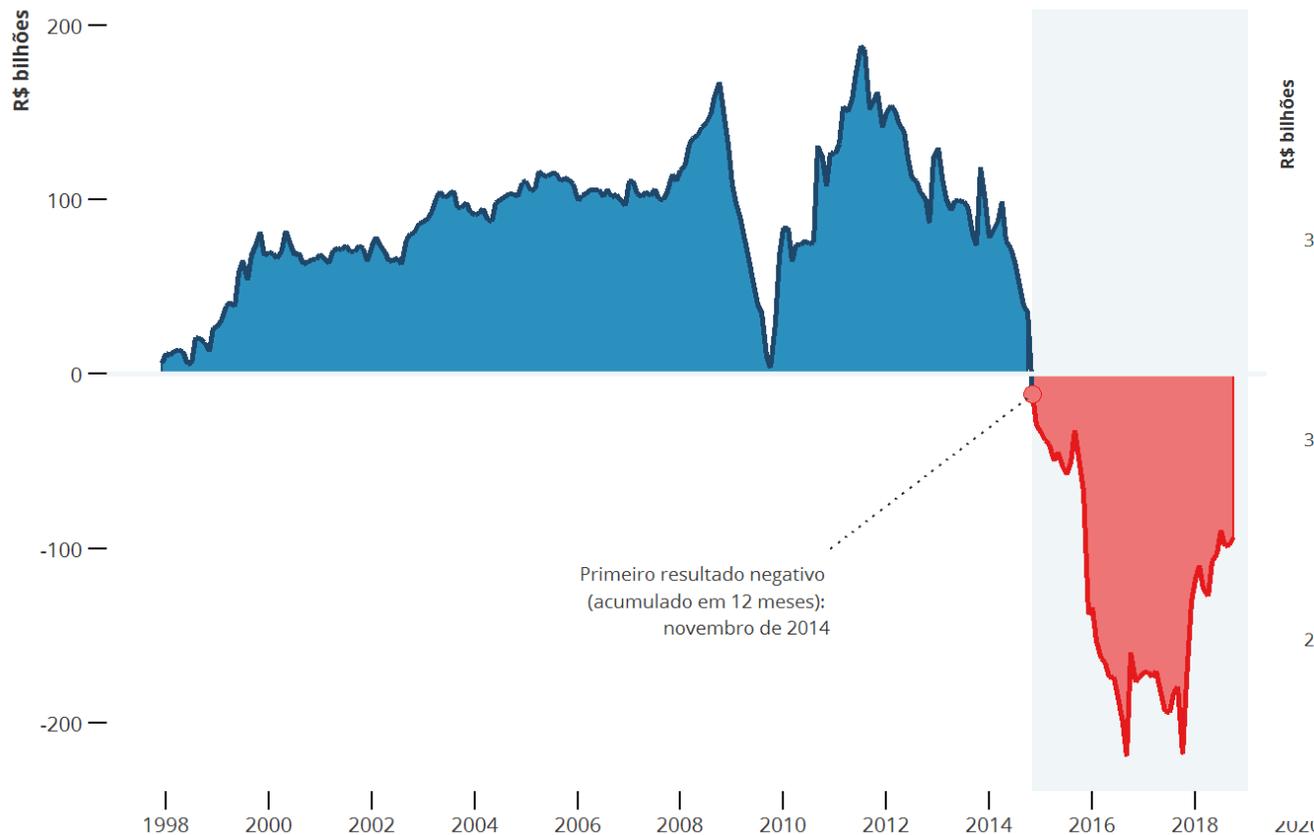


Reflexos nas Contas Nacionais



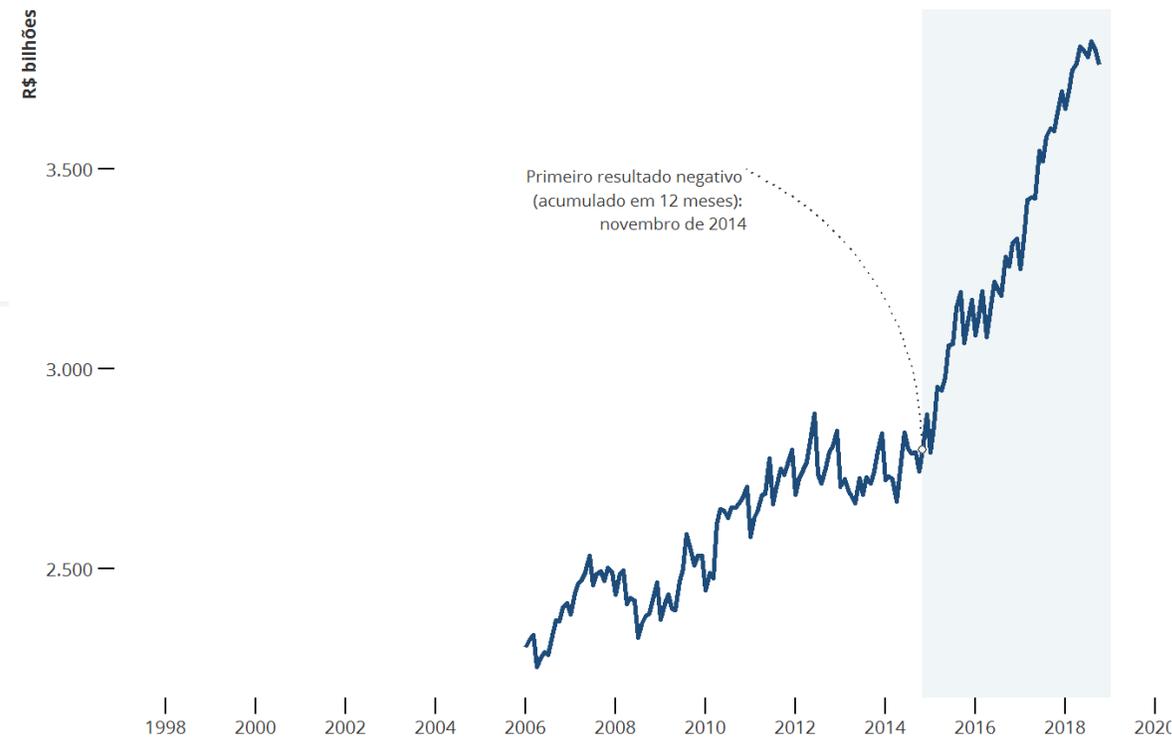
Resultado Primário do Governo Central

Soma dos últimos 12 meses, atualizados pelo IPCA



Estoque da Dívida Pública Federal

Valores atualizados pelo IPCA



Obrigada!

Lucieni Pereira
dipog@tcu.gov.br

